

## **A TRAJETÓRIA DO MUSEU DE ARTE DA BAHIA (MAB): UMA INSTITUIÇÃO CENTENÁRIA**

Olívia Biasin Dias<sup>1</sup>  
Larissa Saldanha Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho propõe-se a analisar a trajetória do Museu de Arte da Bahia (MAB), que completará cem anos de existência em julho de 2018. O museu mais antigo do Estado possui um importante papel social, cultural, educativo e de entretenimento, voltado, sobretudo, para a reflexão crítica e transformação da realidade social. Esse artigo visa publicizar a configuração desse espaço museal e demonstrar sua relevância para a dinâmica cultural da cidade do Salvador, fazendo uma breve exposição do contexto no qual se insere. É apresentada sua historiografia, permeada por permanências e discontinuidades, trazendo alguns pontos relevantes desde a sua fundação até o momento atual. Ademais, constatou-se que o patrimônio material encontrado nesse equipamento cultural, representado pelo seu vasto acervo permanente, vem contribuindo ao longo dos anos, para a criação de uma dada memória social que diz respeito à história da cidade, da Bahia e do Brasil, sendo produtor de representações e identidades. Quanto aos princípios metodológicos, esse estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com observação assimétrica e participante.

**Palavras-chave:** Museu de Arte da Bahia, historiografia, centenário, memória social.

### **INTRODUÇÃO**

O termo “museu” refere-se tanto à instituição como ao lugar geralmente concebido para realizar a seleção, pesquisa e apresentação de bens materiais e imateriais. As categorias e funções dos museus modificaram-se sobremaneira ao longo dos séculos, assim como seus conteúdos, missões e modos de funcionamento. Nesse sentido, a ideia de que “museu é lugar de velharias” e cumpre o papel de depósitos de objetos antigos ou curiosos já foi abandonada.

Segundo o estatuto do Conselho Internacional de Museus (ICOM), de 2007, pode-se conceituar museu como

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia, docente da Faculdade Maurício de Nassau e pesquisadora do Museu de Arte da Bahia. E-mail: olibiasin@gmail.com

<sup>2</sup> Bacharel em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia e em Administração pela Fundação Visconde de Cairu. Aluna especial do Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. E-mail: larissaemcontato@yahoo.com.br

uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite. (DESVALLÉS, MAIRESSE, 2013, p.64).

O museu insere-se no universo social, simbólico e material da evolução humana. Deve ser entendido como lugar de memória, onde está exposto o patrimônio cultural de uma coletividade. O espaço museal opera como fonte de reinterpretação e ressignificação de um passado e das memórias coletivas de grupos sociais. Assim, através do patrimônio guardado e exposto no museu é possível dar sentido e ordem à memória, vinculado à composição de identidades.

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vinculado ao Ministério da Cultura, é a instituição federal responsável por zelar pela preservação, divulgação e fiscalização do patrimônio cultural brasileiro, definido como

um conjunto de bens móveis e imóveis, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (IPHAN, 2014).

Nesse contexto, os museus então inseridos no conjunto de patrimônio cultural material e, além do acervo que guardam, geralmente os prédios que sediam essas instituições foram testemunhas de fatos importantes da história do país ou região e possuem valor artístico-arquitetônico.

A maioria dos museus brasileiros é de gestão pública (67,2%), sobretudo das esferas estadual e municipal, sendo que 41,1% desses equipamentos culturais são administrados pelos municípios (IBRAM, 2014).

Para a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), os museus vêm cumprindo uma função essencial para a educação e a difusão da diversidade cultural do mundo, além de serem espaços exclusivos para a preservação do patrimônio. Por isso, a Comissão de Cultura deste órgão aprovou a “Recomendação sobre a Proteção e a Promoção de Museus e Coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade”, a fim de refletir sobre as perspectivas e caminhos a serem trilhados pelos museus no Brasil. Tal instrumento normativo internacional reforça as leis de proteção do patrimônio já existentes no país. O documento aprovado em 2015 versa sobre as políticas públicas de museus para as próximas décadas, buscando: “manter a integridade das coleções e o fornecimento de orientações para a função de museus”, seguindo a recomendação apoiada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2015).

Os museus e seus acervos têm sido cada vez mais objeto de pesquisa, uma vez que dialogam com a sociedade, suas representações e construções de identidades nacional, regional e local. Esses equipamentos culturais devem ser entendidos como lugares de produção de ciência; cultura e memória coletiva, entretanto, também possibilitam esquecimentos e silêncios, a partir da seleção dos objetos expostos e dos discursos que apresentam. Assim, não se pode deixar de analisar os museus, também, como arenas de tensões. Nessa perspectiva, as coleções museológicas vêm sendo analisadas a partir de interpretações históricas, sociológicas e antropológicas, para que seus significados sejam expostos e discutidos. As reflexões sobre o tema abrangem uma série de outros eixos temáticos, tais como cultura, memória, identidades e política.

A criação de um museu, dos seus objetivos, categorias de objetos expostos e atividades que desenvolve, estão imbricados com questões históricas, socioeconômicas e políticas. Segundo Anderson (2008, p.246), tais instituições atuam politicamente, não são neutras em suas representações, reunindo símbolos de determinado momento histórico ou grupo social, produzindo informações, significados e reforçando ideias ou valores.

A fim de produzir conhecimento e reflexões sobre o Museu de Arte da Bahia (MAB), foi realizada uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo – com utilização de técnica de observação assimétrica e participante. Inicialmente, apresentamos algumas considerações sobre o surgimento desse museu, articulando marcos históricos do seu processo de formação. Em seguida, são apresentados aspectos característicos da configuração do seu acervo. Delimita-se um recorte sobre as importantes contribuições feitas pelos dois diretores que estiveram mais tempo à frente do MAB: José Valladares e Sylvia Athayde. Após essa breve explanação, são feitas algumas considerações sobre a atual gestão da instituição, responsável pela celebração do seu centenário.

## **O HISTÓRICO DE UM MUSEU CENTENÁRIO**

O Museu do Estado foi criado em 23 de julho de 1918, conforme a lei n.1255, como uma seção anexa ao Arquivo Público, no governo de Antônio Moniz de Aragão. É o primeiro museu estadual da Bahia e, em 1928, teve seu nome alterado para Museu da Bahia (LEIS..., 1921, p.14; 1929, p. 3).

Na Primeira República (1889-1930) os políticos, intelectuais e a imprensa baiana, acompanhando uma tendência nacional da época, almejavam civilizar e modernizar a cidade. O novo regime espelhava-se nos ideais de modernidade e progresso de países considerados modelos de civilização, tais como os Estados Unidos - aspirações republicanas e federativas - França e Inglaterra. Para as autoridades e a elite intelectual havia chegado o momento de eliminar os costumes “incultos” e abraçar a civilização, ou seja, eliminar características e práticas culturais associadas aos tempos coloniais e do Império e investir na ciência, história e modernização. Milton Santos (1959) analisou o desenvolvimento de Salvador nas primeiras décadas do século XX, fazendo referência à ampliação do porto, entre 1913 e 1928, à revolução dos meios de transporte após a chegada do automóvel, em 1901, e à instalação do bonde elétrico, em 1914, revelando as modificações do quadro urbano e o crescimento da cidade. Nesse período, a capital baiana passou por diversas intervenções urbanas, arquitetônicas e culturais, com tendência à monumentalização. Esse contexto possibilitou o surgimento de instituições que representavam o progresso e a civilização, como os institutos históricos e geográficos, os arquivos e os museus, a exemplo do Museu do Estado.

Em 1931, o acervo do museu foi aberto para visitação pública na sua nova instalação, no Solar Pacífico Pereira, bairro do Campo Grande, terreno onde hoje está o Teatro Castro Alves. Após quinze anos, o museu foi novamente transferido, ocupando o Solar Góes Calmon, em Nazaré, sede atual da Academia de Letras da Bahia. A mudança de denominação, passando a se chamar Museu de Arte da Bahia (MAB), ocorreu décadas mais tarde, em 1970.

A partir de 1982 o museu passou a ocupar o “Palácio da Vitória”, antiga sede da Secretaria de Educação e Saúde do Estado, onde se encontra até os dias atuais. A instalação do museu neste novo endereço foi planejada e executada sob a direção do artista plástico Emanuel Araújo<sup>3</sup>, com o apoio do governador Antônio Carlos Magalhães. O imóvel foi totalmente recuperado e adaptado às necessidades de um moderno e dinâmico museu para os padrões da época, conforme matéria do Diário Oficial (1983, p.6). Está localizado no Corredor da Vitória, área nobre da cidade, de fácil acesso, que abriga outros equipamentos culturais relevantes para a cidade: museus, galerias e teatros.

---

<sup>3</sup>Posteriormente, foi diretor da Pinacoteca do Estado de São Paulo (1992-2002) e fundador do Museu Afro Brasil (2004), onde é Diretor Curador.

Neste local, no século XIX, havia o solar do comerciante de escravos José Cerqueira Lima, em 1858 o prédio foi vendido ao professor Francisco Pereira de Almeida Sebrão, para se tornar um colégio e, posteriormente, funcionou como residência dos Presidentes da Província e, com o advento da República, Palácio dos Governadores.

No governo de Francisco Góes Calmon o imóvel, já em ruínas, foi demolido e construído no mesmo local um prédio, seguindo os novos padrões da arquitetura, para sediar a Secretaria de Educação e Saúde, inaugurada em 1927. A importante edificação, conhecida também como “Palácio da Vitória”, foi enriquecida com vários elementos arquitetônicos oriundos de demolições de outros solares baianos, a exemplo da portada em cantaria e madeira entalhada com vários mascarões, datada de 1674, proveniente do Solar João de Aguiar Matos, demolido para o alargamento da Ladeira da Praça, no Centro Histórico. (MAB, 1997).

Atualmente, o Museu de Arte da Bahia está vinculado ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), autarquia da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA), que tem como secretário, desde 2015, o educador Jorge Portugal.

## **A COMPOSIÇÃO DO ACERVO DO MAB**

No texto da lei de criação do museu é informado que não deveria haver “aumento de pessoal e da despesa deste”, ou seja, os próprios funcionários do Arquivo Público se responsabilizariam pelas atividades. O Estado estava autorizado a realizar acordos com sociedades particulares para solicitar transferências daquilo que “possuam de maior interesse para nossa história” e com a Arquidiocese “no sentido de serem depositadas no museu as bandeiras que estejam nos templos desta Capital” (LEIS..., 1921, p.14). Assim, sua função primordial era recolher as “reliquias do Estado” ou as “reliquias sagradas” consideradas parte do patrimônio histórico da Bahia e do Brasil. O museu representava um serviço importante, na medida em que deveria guardar e preservar o patrimônio material, bem como teria uma função “civilizadora” e patriota.

Segundo a lei 2.052, de 20 de março de 1928, que autoriza o governo a reformar o regulamento do Arquivo Publico e Museu de Estado, as seções foram divididas da seguinte maneira: “Arquivo”, “Museu” e “Gabinete Numismático”, este último destinado à guarda, classificação e exposição das peças monetárias criadas na Bahia nos

períodos colonial e imperial. O documento informa que também seria criada uma seção de “Arte Retrospectiva e Militar Sertaneja”, que deveria funcionar em outro local, no Castelo da Torre de Garcia d’Avila. As seções foram sendo reorganizadas com o passar do tempo, a exemplo da criação da seção “Etnográfica”, formada posteriormente. De modo geral, coube ao museu a missão oficial de coletar bens tidos como significativos para a Bahia, de preferência históricos.

Para o primeiro diretor do museu, Francisco Borges de Barros, seguindo a mentalidade da maioria dos intelectuais da época, a História deveria estudar os eventos mais importantes que marcavam a trajetória da humanidade e o grau civilizacional dos povos. Aos museus históricos caberia coletar, estudar, classificar e exibir os objetos que interessavam à história de um país ou região, sendo essa a função esperada do Museu da Bahia.

Suely Cerávolo (2011) observa que objetos muito variados poderiam ser enquadrados como históricos, não havendo critérios muito definidos para essa classificação, que incluía medalhas comemorativas de acontecimentos cívicos, trajes de “usos da população civilizada”, fardas civis e militares, bandeiras, armas militares, armas usadas em campanhas do exército na época da Independência; retratos e bustos de brasileiros notáveis que haviam prestado serviços à Pátria, entre outros. A partir de então, as coleções do Museu foram se expandindo em muitas direções.

A transferência da coleção de pinturas Jonathas Abott<sup>44</sup> para o museu, em 1925, instituiu a 1ª Pinacoteca do Estado da Bahia, aberta para visitação pública alguns anos depois, em 2 de julho de 1931, já na nova sede. O Solar Pacífico Pereira destacava-se como local privilegiado, situado no Campo Grande, em frente à praça onde é realizada a comemoração da Independência da Bahia.

O novo endereço mudou a relação do Museu com a sociedade baiana. O acervo foi sendo ampliado através de doações, transferências e empréstimos, novas seções foram criadas, como a “Museu Histórico”, que incluía arqueologia e etnografia. A Pinacoteca foi dividida em duas seções separadas por cronologia: a Histórica (telas do Império e da República), e a Contemporânea, que englobava pinturas diversas produzidas nos últimos anos sobre temas regionais ou nacionais. Na prática, o museu se configurou como um misto de “histórico” e de “arte”, categoria que também poderia

---

<sup>44</sup> Professor da Escola de Medicina da Bahia, Jonathas Abbott formou uma expressiva coleção de pintura baiana dos séculos XVIII e XIX. Após sua morte, parte dessa coleção foi adquirida pela província da Bahia e, inicialmente, conservada no Liceu de Artes e Ofícios. Em 1925 foi transferida para o Museu do Estado.

englobar objetos indígenas, arqueológicos, e de “história natural”, pois recebia exemplares minerais e zoológicos. Essa diversidade seguia os moldes de museu enciclopédico do século XIX. (BARATA, 1986 apud CERÁVOLO, 2011, p.10).

Cerávoló (2011) chama atenção para o fato de artefatos indígenas serem oficialmente aceitos, ao contrário dos objetos usados em rituais de candomblé. Porém, esses objetos retirados à força nas batidas policiais nos terreiros foram solicitados ao Secretário da Polícia e Segurança Pública do Estado, sendo encarados como “curiosidades” e “troféus”.

Nesse sentido, pode-se dizer que o acervo do MAB foi constituído, sobretudo, pela reunião de várias coleções organizadas na Bahia a partir do século XIX, destacando-se a coleção Jonathas Abbott, posteriormente enriquecida com pinturas de mestres baianos do século XX.

Outra valiosa coleção foi a do ex-governador Góes Calmon, adquirida pelo Estado em 1943, reunindo peças de arte decorativa, como móveis setecentistas e oitocentistas, lustres, porcelanas orientais e europeias, louças das Índias, joias, pratas, cristais, esculturas religiosas, pinturas e estampas de autores conhecidos ou seguidores de escolas europeias do início do XIX. De modo geral, essas peças simbolizavam a riqueza e o status de antigas famílias baianas, muitas com títulos nobiliárquicos, o que conferia valor histórico às peças. Na década de 1980, também foi incorporada ao acervo, como doação póstuma, a coleção do ex-diretor, José Pedreira, com cerca de 50 peças, entre mobiliário, objetos europeus e orientais.

O MAB possui, também, um acervo documental, composto por fotografias, cartas, postais, convites e mapas. Ao longo dos anos, seu acervo foi sendo gradualmente enriquecido com novos itens, com a finalidade de preencher lacunas existentes nas coleções de pintura, escultura e artes decorativas. Atualmente, o MAB conta com um vasto acervo, composto de 13.686 peças, além de contar com uma biblioteca especializada, que abriga periódicos, catálogos de exposições e livros direcionados aos temas história da arte, estética, museologia e história da Bahia<sup>5</sup>.

O acervo do MAB possibilita fazer várias leituras e estudos de diferentes temas e períodos históricos, tais como: Brasil colonial, Brasil Império, escravidão, usos e costumes dos séculos XVIII e XIX, representação social da mulher no século XIX e Escola Baiana de Pintura.

---

<sup>5</sup> Dados obtidos no Setor de Museologia do Museu de Arte da Bahia.



## **CONTRIBUIÇÕES DE JOSÉ VALLADARES E SYLVIA ATHAYDE**

Desde sua criação, diversos gestores estiveram à frente do museu: Francisco Borges de Barros (1918-1930), Ignácio Godinho (1933-37), Antonio Bulcão Sobrinho (1937-38), Guiomar Carvalho Florence (1938-39), José Valladares (1939-59), Carlos Eduardo da Rocha (1959-74), Ana Lúcia Uchoa Peixoto (1975-79), José de Souza Pedreira (1979-81), Emanuel Araújo (1981-83), Sylvia Athayde (1991-2015), Pedro Arcanjo (2015-atual).

No presente trabalho, destacamos a gestão de dois diretores: José Antônio do Prado Valladares e Sylvia Maria Menezes de Athayde. O advogado de formação, crítico de arte, produtor cultural, professor de Estética e escritor José Valladares, ocupou o cargo de diretor da instituição durante vinte anos, até a sua morte em desastre aéreo, no ano de 1959. Estudou História da Arte na Universidade de Nova York e estagiou no Brooklyn Museum, nos Estados Unidos, através de uma bolsa da Fundação Rockfeller, durante o ano de 1943.

Valladares teve uma reconhecida atuação à frente do museu, envolvendo-se com as questões da administração, curadoria, elaboração de normas, acomodação física do museu, ampliação, conservação e catalogação do acervo (incluindo o estudo e classificação da coleção Jonathas Abbott), exposições e as funções educativas do museu, empenhando-se na sua reorganização. Na sua gestão, foram editados livros sobre arte e história da Bahia.

Como escritor, o seu livro mais conhecido é “Museus para o Povo: um estudo sobre museus americanos” (1946), trabalho pioneiro no campo da museologia brasileira. Defendia que os museus teriam o papel de democratização da cultura. Para Valladares, os museus não deveriam apenas salvaguardar o patrimônio histórico e se limitar a apresentação técnica, mas dialogar com o dinamismo do mundo, colocando-se a serviço do público e da educação do povo.

Idealizou, com o apoio de Anísio Teixeira, o Salão Bahiano de Belas Artes, realizado em seis edições, entre 1949-1956, e teve papel atuante junto a uma geração de novos artistas plásticos baianos, sendo um dos incentivadores da arte moderna na Bahia.

Cabe destacar a influência que Valladares recebeu do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), fundado em 1937, e dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade. O SPHAN, criado no Estado Novo, quando se investiu maciçamente na construção da identidade nacional, trouxe novas ideias para o país no



que se refere ao entendimento e relevância do patrimônio cultural, destacando os museus como instituições importantes para o Brasil. Nesse sentido, os ideais museológicos do SPHAN chegavam aos museus estaduais e municipais, tal como ocorreu com o Museu do Estado da Bahia, sendo abraçados e compartilhados por Valladares que, inclusive, correspondia-se frequentemente com o seu diretor.<sup>6</sup>

Embora Valladares tenha implantado muitas ações e melhorias no museu, vivenciou vários obstáculos. Em muitos momentos, discordou das decisões e interferências das instâncias políticas para as quais estava subordinado enquanto funcionário público. Para realizar todas as mudanças que gostaria, dependia do apoio efetivo da Secretaria de Educação e Saúde, órgão imediatamente superior. A pressão política, contudo, parece tê-lo incomodado. Um dos conflitos enfrentados foi quando ele tentou elaborar o regimento interno do museu, seguindo as orientações do SPHAN, mas teve dificuldade de chegar a um consenso com a administração estadual baiana. Outro ponto de conflito foi a transferência do museu para o solar Góes Calmon, evento não aprovado pelo intelectual baiano. Ao passar para o bairro de Nazaré, o número de visitantes frequentadores do museu diminuiu consideravelmente. Além disso, o solar apresentou uma série de problemas estruturais que só pioraram ao longo do tempo. (CERÁVOLO, 2011).

Conforme análise de Cerávolo (2011, p. 5), um ciclo foi encerrado com a morte de Valladares: “[...] o Museu inaugurado para guardar a história pátria e a história local, [...] e sob a direção de José Valladares iniciou sua rota para a arte”.

Também não se pode deixar de ressaltar a gestão da professora e museóloga Sylvia Athayde. Docente do curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia entre 1973 e 1997, integrou a Comissão Nacional de Museus, o Conselho de Cultura da Associação Comercial Portuguesa de Museologia, o Conselho Estadual de Cultural do Estado da Bahia e o Conselho Curador da Fundação Pierre Verger. Atuou como curadora de exposições em todo o país e ganhou projeção internacional com trabalhos em Portugal e na França.

Quando nomeada para a direção do museu (1991), o mesmo encontrava-se fechado havia dois anos e foi inteiramente recuperado (parte interna e externa do edifício). Além disso, as coleções passaram a ser apresentadas dentro de uma nova

---

<sup>6</sup> Essas correspondências encontram-se no Setor de Pesquisa do Museu de Arte da Bahia, constituindo vasto material de pesquisa.

proposta museográfica, através de circuitos independentes: pintura baiana e artes decorativas, divididas por ambientes.

Em sua gestão o acervo sofreu amplo trabalho de restauro - 50% da coleção de pintura e 90% das obras de arte com suporte de papel - além da recuperação de peças importantes da escultura religiosa, mobiliário e porcelana. Nas salas expositivas temporárias foram instalados, em 1994, equipamentos de climatização e, no final do ano seguinte, tanto a reserva técnica quanto o auditório também foram climatizados (MAB, 1997).

Sob sua direção, o MAB foi palco de exposições temporárias de grande porte, que atraíram um público expressivo, tais como: Jorge Amado e as artes plásticas (1992), O Leque: seu tempo e sua linguagem (1995), Labirinto da moda - uma aventura infantil (1996), O Brasil de Portinari (1997), Vieira e a Bahia do seu tempo (1997), Augusto Rodin: esculturas e fotografias (2000), A Carta de Pero Vaz de Caminha e as artes indígenas (2001), Artes tradicionais de Portugal (2004), Calasans Neto (2007), A Bahia na época de D. João VI: a chegada da corte portuguesa (2008), Brinquedos que moram nos sonhos: o brinquedo popular brasileiro (2012).

Produziu e publicou catálogos referentes a várias exposições temporárias realizadas no MAB, além de ter reeditado algumas publicações do Museu da Bahia da gestão de Valladares, como Museus para o Povo, em homenagem ao próprio Valladares; A Pintura na Bahia, de Acácio França; e Pesquisa Etnológicas na Bahia, de Melville Herskovits.

Cabe ressaltar que, nesse período, embora tenham sido apresentadas muitas linguagens artísticas, com diversidade de técnicas (pintura, gravura, escultura, fotografia), uma parcela significativa das exposições possuía um viés histórico, enfocando personalidades e fatos da história considerados relevantes para a Bahia e o Brasil, além de usos e costumes do passado.

Sylvia Athayde permaneceu na direção do MAB durante vinte e quatro anos, deixando a instituição em março de 2015, vindo a falecer em setembro do mesmo ano, aos 75 anos. Após a sua saída, o sociólogo, fotógrafo, curador e mestre em Artes Visuais Pedro Arcanjo da Silva assumiu a direção da instituição. Arcanjo também é conhecido no meio cultural por ter sido o fundador da Bienal do Recôncavo; secretário de Cultura de Maragogipe e diretor do Centro Cultural Danemann, em São Felix-BA.

## **GESTÃO ATUAL E CENTENÁRIO DO MUSEU DE ARTE DA BAHIA**

Em sua primeira entrevista, publicada no jornal A Tarde (8 abr. 2015), Pedro Arcanjo afirmou: “O meu desafio é transformar o MAB em um museu mais contemporâneo, que dialogue com a cidade”, defendendo que os museus devem ser pensados com o intuito de despertar o pensamento crítico da sociedade, sendo necessário torná-los espaços de comunidade, debate e discussão. Destacou, também, a importância de tecer um diálogo entre o passado e o presente.

O novo diretor trouxe uma nova face e dinâmica ao museu, incluindo na sua programação algumas exposições com linguagens diversificadas e investindo na ampliação de atividades culturais, a exemplo de palestras (projetos Diálogos Contemporâneos e Leituras do Mundo), seminários, cursos, oficinas de arte, recitais de música, peças de teatro, performances, clube de leitura e lançamentos de livros.

As ações socioculturais e educativas que vem sendo desenvolvidas no museu ajudam a promover a democratização desse equipamento, voltando-se para o alargamento cultural da população, por meio do acesso aos bens preservados nos museus, aos seus programas e projetos.

No que tange à memória e representações de fatos e períodos históricos, a atual gestão visa fazer uma leitura mais crítica do acervo, a fim de provocar reflexões nos visitantes. Pretende-se manter o caminho trilhado por Sylvia Athayde, porém, realizar atualizações na exposição permanente, inclusive no que se refere ao discurso, que não deve ser único e representar apenas um grupo socioeconômico. Assim, um dos objetivos é conciliar questões clássicas da museologia com os desafios da contemporaneidade.

Conforme matéria publicada na Tribuna da Bahia (4 jan. 2017), no planejamento estratégico do diretor, visando a celebração do centenário do museu, constam ações referentes à requalificação do acervo permanente, realocação da biblioteca, criação de um café-restaurant, implantação dos programas Museu-Escola-Família e MAB Comunitário. Dentre as atividades comemorativas, está sendo programada uma palestra com o cantor e compositor Caetano Veloso e o lançamento de uma publicação sobre os 100 anos do museu, destacando sua história, representatividade e relevância cultural para a Bahia.

Cabe ressaltar que esses projetos estão em fase de captação de recursos e dependem, também, do apoio institucional e financeiro do IPAC e da Secretaria de

Cultura da Bahia, uma vez que os museus do Estado não têm completa autonomia administrativa.

Ainda no que se refere à programação voltada para o centenário, já foi realizado um concurso para a marca comemorativa dos cem anos do museu e a criação de um Grupo de Trabalho (GT), com renomados pesquisadores das áreas de museologia, artes visuais e antropologia, para discutir as novas necessidades do museu e a sua requalificação. (FONSECA, 2017).

Contudo, cabe ressaltar algumas dificuldades e desafios a serem enfrentados, sobretudo de ordem financeira, pois os museus do Estado da Bahia não cobram pela visitação, de modo que a manutenção desses equipamentos culturais se torna onerosa. Além disso, as políticas públicas voltadas para o setor são insuficientes, sendo necessários investimentos em manutenção e conservação do acervo, divulgação e contratação adequada de pessoal (a fim de evitar a alta rotatividade de funcionários). Portanto, é preciso fortalecer as políticas públicas, nas esferas municipal, estadual e federal, voltadas para o setor museológico.

Lia Calabre (2009) cita que a ênfase dada ao financiamento<sup>7</sup>, muitas vezes traduzido em isenção fiscal, tem ofuscado e reduzido às ações e as responsabilidades dos governos quanto às ações culturais. Salienta alguns aspectos históricos dessa relação entre Estado e cultura no país, percebendo o quanto as políticas governamentais do Brasil são recentes no campo cultural.

Em relação aos museus baianos, cabe ressaltar, ainda, a importância de incentivar a elaboração e implantação de planos museológicos, uma vez que estes documentos são instrumentos básicos de planejamento para a definição da missão, ordenamento e priorização dos objetivos das instituições.

Com vistas a salvaguardar adequadamente o acervo do MAB, manter a qualidade das atividades realizadas e o bom atendimento ao público, percebe-se a necessidade de investimentos em manutenção e climatização do acervo; ampliação e segurança da reserva técnica; conservação da biblioteca e contratação de mão-de-obra especializada. Nessa perspectiva, os problemas estruturais que têm se agravado nos últimos anos precisam ser enfrentados e encarados como prioridades pelos órgãos competentes.

---

<sup>7</sup> A prática de financiamento baseada na isenção fiscal tem início em 1986, por meio da lei nº 7.505, mais conhecida como Lei Sarney. Por vezes, esta prática se tornou a principal iniciativa do Estado no campo cultural.

Além das necessidades supracitadas, o tombamento do prédio onde atualmente está sediado o museu também deve ser tratado como prioridade, posto que somente a portada foi tombada pelo IPHAN (nº 182 do livro de História, em 16 out. 1941) e a área sofre intensa especulação imobiliária.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É importante destacar que a trajetória deste museu estadual não é linear e estanque, ao longo dos seus (quase) cem anos passou por mudanças de sede, ampliou seu acervo, teve gestores com diferentes propostas museográficas, fechou as portas, foi reaberto, sofreu interferência de políticos e políticas públicas, acontecimentos que repercutiram na sua relação com a sociedade. Portanto, evidencia-se que o museu também se insere socialmente como um espaço de negociações e conflitos.

Através da coleta, seleção, guarda e exposição de bens materiais, o Museu de Arte da Bahia ajudou a criar narrativas do passado que fazem parte da memória social da cidade, difundindo padrões e valores socioculturais.

Ao mesmo tempo, vem se destacando como espaço de convivência, onde artistas, intelectuais, estudantes e amigos se encontram, debatem, compartilham informações e experiências, proporcionando a construção de sociabilidades.

O Museu de Arte da Bahia possui primordialmente uma ação cultural e educativa, tendo como referência o seu vasto acervo e as atividades culturais que desenvolve. Assim, é perceptível a função social, educativa, cultural e lúdica que a instituição vem desempenhando ao longo da sua trajetória, apesar dos seus diferentes momentos históricos.

É preciso repensar os museus como instituições que contribuem para a construção da cidadania, fortalecimento de identidades e promoção da diversidade, ao refletir acerca de questões sociais, despertando o “olhar crítico” do visitante e proporcionando momentos de fruição estética.

Nessa perspectiva, o Museu de Arte da Bahia se apresenta como um lugar de convivência que abre suas portas para que todo tipo de público possa usufruir de um espaço não só de lazer, mas fundamentalmente de reflexão a respeito da memória histórica e social e das transformações em curso.

**BIBLIOGRAFIA**

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BAHIA. Lei n. 1255, de 23 de julho de 1918. **Leis do Estado da Bahia do ano de 1918**. Bahia: Imprensa oficial do Estado, 1921.

BAHIA. Lei n. 2.052, de 20 de março de 1928. **Leis do Estado da Bahia do ano de 1928**. Bahia: Imprensa oficial do Estado, n. 1, 1929.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **O Solar Góes Calmon**. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2004.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2009. (Coleção FGV de bolso. Série Sociedade & Cultura).

CASTRO, Daniela. Novo diretor quer mudar o Museu de Arte da Bahia. **Jornal A Tarde**, Cultura. Salvador, 08 abr. 2015. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/cultura/noticias/1672379-novo-diretor-quer-mudar-o-museu-de-arte-da-bahia>> Acesso em: 11 abr. 2017.

CERÁVOLO, Suely M. Criando um passado e musealizando um patrimônio: o Museu do Estado da Bahia (1918-1959). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011, p. 1 a 19.

CERÁVOLO, Suely M.; SANTOS, Daisy Conceição dos. Apontamentos sobre José Antônio do Prado Valladares: um homem de museu. **Caderno do CEOM**. Chapecó: Argos, v. 20, n.26, 2007.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (org.). **Conceitos-chave de museologia**. Tradução de Bruno B. Soares e Marília X. Cury. São Paulo: ICOM/ Armand Colin, 2013.

FLEXOR, Maria Helena O., Raízes da arte moderna na Bahia/Brasil. **Artelogie**. Paris, n. 1, jun. 2011. Disponível em: <<http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article75>> Acesso em: 10 abr. 2017.

FONSECA, Albenísio. MAB já tem programação do centenário. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 4 jan. 2017.

GOVERNADOR inaugura Museu do Estado no dia da Cultura. **Diário Oficial do Estado a Bahia**. n. 12.266, Salvador, 5 nov. 1982, p. 1, 2.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Aprovada recomendação sobre promoção e proteção de museus. **Portal do Instituto Brasileiro de Museus**. 18 nov.

2015. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/recomendacao-sobre-promocao-e-protecao-de-museus-e-colecoes-e-aprovada/>> Acesso em: 3 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Museu e turismo: estratégias de cooperação.** Brasília, DF: IBRAM, 2014.

IPAC-BA. **Inventário de proteção do acervo cultural; monumentos do município do Salvador.** 2 ed. Salvador, 1948.

KRAVAGNA, Christian. Las reservas del colonialismo: el mundo en el museo. **Transversal web journal.** EIPCP (European Institute for Progressive Cultural Policies). 2008.

MUSEU DE ARTE DA BAHIA (MAB). Setor de Pesquisa. **Relação de catálogos de exposições, de 1991 a 2015.** 2015.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (org). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar.** Belo Horizonte/ UFMG, 2002.

O MUSEU DE ARTE DA BAHIA (MAB). São Paulo: Banco Safra, 1997.

REIS, Paula Félix dos. Políticas culturais sob um olhar histórico. **Políticas Culturais em Revista**, n. 2, p. 2009. Disponível em < [www.politicasculturaisemrevista.ufba.br](http://www.politicasculturaisemrevista.ufba.br)> Acesso em 01 maio de 2017.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade de Salvador.** Salvador: Editora Progresso, 1959.

UM NOVO palácio para as artes: o Museu de Arte da Bahia. **Diário Oficial do Estado da Bahia.** Ano LXVII, n. 12.367, Salvador, 15 mar. 1983.

VALLADARES, José A. do P. **Museus para o povo: um estudo sobre museus americanos.** 2 ed. Bahia: EPP, 2010.